

A política educacional nacionalista e o aspecto linguístico: vestígios na escola primária

Ademir Valdir dos Santos

Resumo

Analisa como a educação escolar a serviço do nacionalismo atingiu instituições primárias de regiões de imigração alemã durante o governo Vargas. Resgatam-se vestígios das propostas didático-pedagógicas em livros e manuais didáticos, programas de ensino, material de propaganda e cadernos de alunos e professores. Os registros linguísticos evidenciam a proibição do uso da língua alemã e a obrigatoriedade da utilização do português. A escrita bilíngue indica o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, com o método de abordagem tradicional (gramática-tradução). A escrita revela o uso de textos e imagens como conteúdo estratégico para a inculcação ideológica de valores e atitudes patrióticas na infância.

Palavras-chave: história da educação; nacionalismo; linguagem; escola primária.

Abstract

The nationalist educational policy and the linguistic aspect: vestiges in primary school

This article analyzes how the schooling education as a subject of the nationalism that reached the primary school in German immigration areas, during Vargas government period. One gets back vestiges of didactic-pedagogical proposals in school textbooks and manuals, as well as in teaching programs, material of propaganda and school exercise books used by students and teachers. The linguistic records find evidence of the prohibition to speak German language and the obligation to use Portuguese instead. The bilingual handwritings denote the development of new pedagogical practices by the use of the traditional method approach know as grammar-translation method. The handwritings reveal the use of texts and images as a strategic content intend to inculcate an ideology based on patriotic values and attitudes in the in the schoolchildren.

Keywords: history of education; nationalism; language; primary school.

Introdução

A campanha de nacionalização por meio da educação escolar foi uma das marcas do projeto de governo na era Vargas, sobretudo no Estado Novo (1937-1945). Exaltou-se uma forma de nacionalismo,¹ em função da qual as práticas educativas nas escolas teriam um papel essencial: fazer das crianças e dos jovens os autênticos brasileiros necessários à nação em construção. Esse propósito foi também embasado por uma legislação educacional cujo conteúdo enfatizou as políticas de cunho nacionalizador. Nesse contexto, medidas emanadas do Ministério da Educação e Saúde foram carregadas com novas prescrições para a gestão e as práticas pedagógicas, tendo por objetivo transformar as instituições escolares em pólos cultivadores e irradiantes do ideário nacionalista. As escolas foram escolhidas como espaços vitais para a execução desse projeto por meio da criação de um modelo de infância e juventude que engendraria, no futuro, o trabalhador e patriota devotado. Para tanto, as providências formativas visaram a reorientar todos os aspectos didáticos e pedagógicos, desde a gestão das escolas até a efetivação de um currículo adequado às propostas do governo de Getúlio. Como afirmou Bomeny (1999, p. 139):

Em sentido especial, a educação talvez seja uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil. Formar um "homem

¹ O nacionalismo assumiu várias formas de expressão nas primeiras décadas do século 20. De acordo com Seyferth (1999, p. 220-221), no caso das escolas, medidas nacionalistas foram emanadas já no período da 1ª Guerra Mundial e se perpetuaram mesmo após esse evento. Nos anos 1930-1940, verificou-se a continuidade de políticas educacionais nacionalistas, sendo que na chamada era Vargas ela assumiu outro alcance e novas proporções.

novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, *forjar* uma identidade positiva no trabalhador brasileiro...

Neste artigo, temos o objetivo de discutir a penetração das ações do nacionalismo em escolas primárias localizadas em regiões de imigração alemã. Focalizamos particularmente as zonas coloniais catarinenses, onde existiam antigas escolas rurais teuto-brasileiras.² Para a construção de uma abordagem sobre alguns elementos da cultura escolar daquela época, resgatamos materiais datados dos anos 1930-1940, nos quais buscamos vestígios das proposições didático-pedagógicas de caráter nacionalista. A metodologia de pesquisa utilizada buscou avaliar a natureza dos conteúdos das seguintes fontes documentais: livros e manuais didáticos, programa de ensino, material de propaganda do Estado Novo distribuído nas escolas e nas comunidades delas, fotografias e, principalmente, cadernos escolares utilizados na época.³ Esses elementos foram analisados com o objetivo de perceber vestígios das práticas nacionalistas transpostos para a internalidade do trabalho escolar nesse período. Observe-se, na Figura 1, o empenho em transmitir as ideias de ordem, disciplina e respeito à bandeira nacional.



Figura 1 – Cena de exaltação à Pátria brasileira em escola teuto-brasileira rural catarinense no período de nacionalização

Fonte: Arquivo particular.

² Para a classificação das instituições escolares que foram criadas no contexto da imigração alemã no sul do Brasil, a partir do século 19, adotamos a tipologia proposta por Schaden (1963), que caracterizou a escola teuto-brasileira como uma escola comunitária ou colonial característica das zonas de fraca densidade demográfica. Schaden argumenta sobre uma diferenciação interna na natureza dessas escolas, que, segundo esse autor, é muitas vezes tratada sob uma designação genérica de escola alemã.

³ Os cadernos escolares utilizados como fontes foram usados em escolas primárias situadas no nordeste catarinense e encontram-se no acervo do Museu Municipal Emílio da Silva – Seção de Educação, entidade à qual prestamos assessoria e que nos disponibiliza material para pesquisa, localizada em Jaraguá do Sul, Santa Catarina.

No contexto cultural que envolvia as comunidades de imigrantes e suas instituições escolares – alvos do nacionalismo –, destacamos a língua como aspecto da análise. Isto porque, dentre as medidas de controle implementadas, a proibição do ensino em alemão e da utilização desse idioma nas escolas, com a obrigatoriedade de uso da língua portuguesa, talvez tenha sido aquela de maior impacto pedagógico. Conseguir o abandono da fala alemã e a aprendizagem da língua portuguesa foram

aspectos tidos como fundamentais para que o projeto ideológico nacionalista atingisse seus intentos. A língua falada e escrita tinha de ser aquela da Pátria brasileira e somente com a extinção dos elementos étnicos estrangeiros – dentre os quais a língua é um pilar – haveria como fazer das crianças potenciais cidadãos e valorosos patriotas. Como objeto central das práticas educativas escolares, a língua foi um ingrediente essencial para o abasileiramento, um recurso estratégico que devia ser utilizado pelos professores no conjunto dos processos pedagógicos a serviço das prescrições nacionalistas.

Sobre a origem das escolas teuto-brasileiras

Durante o século 19 e nas primeiras décadas do século passado, chegaram ao Brasil contingentes de imigrantes oriundos de várias partes do mundo, com predominância numérica dos de origem europeia. A fixação destes se deu principalmente nas Regiões Sudeste e Sul. Contudo, os estados sulinos foram os receptores dos maiores grupos de indivíduos de ascendência alemã: “O povoamento sistemático do Brasil meridional com imigrantes germânicos iniciou-se em 1824” (Willems, 1980, p. 28). A fixação desses grupos gerou o desenvolvimento de núcleos populacionais que transplantaram e mantiveram traços culturais primordiais, enraizados às regiões estrangeiras de origem.

As escolas comunitárias fundadas pelos imigrantes para atender à educação formal das crianças eram um dos exemplos típicos da especificidade da organização social em diversas colônias.⁴ O ensino nessas escolas, geralmente feito com o uso da língua alemã e contemplando aspectos das culturas teuta e europeia, ajudou a criar ambientes com valores étnicos peculiares, contrastantes com a realidade brasileira: “O principal efeito das escolas particulares ‘étnicas’ foi o fato de terem estimulado o uso das línguas de origem dos imigrantes, às vezes até a quarta ou quinta geração” (Seyferth, 1990, p. 53). Esse fato engendrou e sustentou visões de que a nação brasileira abrigava quistos étnicos – localidades onde atitudes, costumes, valores e sentimentos não se nutriam de referenciais de brasilidade, mas se orientavam por um ideário alienígena, estranho. Os imigrantes alemães e seus descendentes eram suspeitos de devotar patriotismo à nação original e não ao Brasil.

O aspecto linguístico na política educacional nacionalista

Durante o Estado Novo, decretos federais atacaram os direitos educacionais e linguísticos das populações de imigrantes. O Decreto-Lei nº 1006, de 30 de dezembro de 1938, normatizou sobre o livro didático e proibiu a utilização de publicações que não fossem escritas na língua nacional para o nível da escola elementar. Essa medida de impacto didático-pedagógico foi reforçada com o Decreto-Lei nº 3.580, de 3 de

⁴ A expressão “escola alemã” (*deutsche schule*) tem sido utilizada com intento de identificar uma gama de instituições criadas por imigrantes e seus descendentes classificados como de origem teuta. Sabe-se que sua forma variou ao longo da história, pois essas tinham entre si diferenças de natureza quanto à fundação, à localização em ambiente urbano ou rural ou à filiação religiosa. A expressão “escola teuto-brasileira” também é recorrente e, na maioria das vezes, refere-se às mesmas organizações escolares inicialmente tidas como escolas alemãs, mas que, ao longo de décadas, sofreram transformações diante de determinações locais e que resultaram na composição de uma espécie de sistema escolar híbrido.

setembro de 1941, que enfatizou a proibição da importação de livros didáticos e a produção local de livros escritos em língua estrangeira. Mesmo diante de tantas imposições, a realidade das regiões de imigração mantinha aspecto pouco brasileiro e se destacava o uso de idioma estrangeiro como elemento distintivo chave. Nas palavras de Gertz (1987, p. 69): “Nestas regiões a língua alemã tinha-se conservado em larga escala; era amplamente usada como a língua do dia-a-dia. Mesmo elementos de outras etnias muitas vezes falavam alemão, como Cossel acentua.”

A campanha de nacionalização do ensino pretendia a extinção do uso da língua alemã nas escolas de imigrantes. Foi caracterizada uma atividade pedalinguística. De acordo com Luna (2000, p. 23), “Por prática pedalinguística, referimo-nos aos princípios teóricos e aos procedimentos didáticos relacionados efetivamente ao processo de ensino e aprendizagem de línguas em sala de aula”. Entendemos que tal prática, já existente antes dos anos 1930, foi então reconstruída, diante da influência de uma rede de fatores políticos, sociais e educacionais. Embora se possa fazer uma análise de surgimento, evolução e extinção do uso do idioma alemão nas escolas alemãs, revisitando os primórdios da imigração teuta no sul brasileiro, nossa intenção é caracterizar o modo como o fenômeno do bilinguismo se manifestou na era Vargas, ficando registrado nos materiais escolares. Portanto, exploramos toda uma documentação que inclui cadernos de alunos e de professores, livros didáticos, currículos, programas de ensino, panfletos, relatórios e outros papéis produzidos nas escolas ou a elas se referindo – o que ajuda a configurar o modo como a nacionalização chegou à internalidade do trabalho escolar, uma vez determinada *por decreto* a extinção da fala alemã nas escolas. O que buscamos discutir e exemplificar é uma parte da discussão da política linguística aplicada aos imigrantes alemães durante a campanha de nacionalização de orientação getulista. No caso, apontamos elementos didático-pedagógicos presentes em materiais que não foram destruídos e que evidenciam, direta ou indiretamente, a interrupção forçada do uso da língua alemã em instituições de ensino específicas existentes no sul brasileiro naquele período.

As políticas de nacionalização que já haviam sido iniciadas na segunda década do século 20 foram intensificadas, às vezes até os extremos, durante os anos de governo de Getúlio Vargas. Mas encontraram nas escolas alemãs um obstáculo historicamente construído desde a época do Império, quando os primeiros imigrantes chegaram e criaram suas próprias escolas nas colônias, onde se falava e ensinava em alemão: “A concepção adotada na época era a de alfabetizar o aluno inicialmente na sua língua materna (alemão, italiano ou outra), e só após introduzir o ensino do português” (Luna, 2000, p. 38).

Outro fator importante a considerar é que embora as políticas nacionalistas exigissem que as escolas tivessem professores falantes do português, era difícil encontrar docentes bilíngues e, mais ainda, que estivessem dispostos a morar nos distantes lugares do interior. Nas comunidades – algumas bastante isoladas – usava-se exclusivamente o

idioma alemão nas relações sociais e, conseqüentemente, na escola comunitária que atendia às crianças. O professor que não dominasse o idioma estrangeiro poderia tentar vencer obstáculos como ser entendido pelos alunos (e por seus pais) e conseguir ensinar por meio de uma língua estranha às salas de aula até então.

As imposições da legislação educacional nacionalista foram difíceis de serem cumpridas nas escolas alemãs e teuto-brasileiras, embora já houvessem sido anteriormente editadas algumas leis que tinham como foco principal estimular as práticas pedagógicas com o uso do idioma português em vez do alemão. Como lembra Luna, ao tratar da questão no Estado de Santa Catarina:

Logo em outubro de 1917, a Lei Estadual no. 1.187 tornou obrigatórios o ensino preliminar a crianças de 6 a 15 anos e a inclusão das disciplinas Linguagem, História e Geografia do Brasil, Cantos e Hinos Patrióticos, todas em língua portuguesa. Essa lei, bem como as outras do período, abordavam as escolas particulares das zonas de imigração como escolas estrangeiras, desconsiderando o fato de que essas tinham como clientela crianças nascidas no Brasil, que eram, portanto, brasileiras. (Luna, 2000, p. 42).

Percebida a ineficácia e a descontextualização da medida legal citada, no mês de novembro do mesmo ano, um novo decreto buscou dar conta da situação. Dispôs-se sobre a reabertura de escolas que foram fechadas com base no argumento de ineficiência quanto ao ensino da língua portuguesa. Por ineficiência, o decreto referia-se ao ensino ministrado por professores que não falavam “corretamente o português” ou que fizessem uso de material didático não autorizado. Houve, portanto, uma preocupação com a implementação de práticas pedagógicas que usassem exclusivamente material “nacional”, “brasileiro”, valorizando o ideário nacionalista hegemônico.

A escola teuto-brasileira rural, que deveria ser modificada, antes exercia um papel inverso, isto é, contribuía para a preservação da língua alemã. Diante desse cenário, vejamos aspectos que podem ser analisados com base na escrita dos materiais escolares que resgatamos em nossas pesquisas e que permitem identificar características desse fenômeno pedalingüístico.

O bilingüismo e as práticas pedagógicas: alguns vestígios do nacionalismo

Lembramos ao leitor que resgatar material didático com alguma escrita em alemão do período dos anos 1930-1940 é tarefa complexa, por causa da ordem de apreensão e destruição de tudo o que fosse encontrado nas zonas de imigração e cujo teor aludisse à Alemanha. E quem possuísse qualquer objeto escrito – sobretudo em idioma alemão – era suspeito de traição ao Brasil, podendo até mesmo ser considerado simpatizante do nazismo.

As orientações nacionalistas foram impressas, com o suporte da legislação educacional, para rumar às salas de aula.⁵ Tal preocupação, aliás, existia previamente, pois os intentos nacionalistas já estavam presentes nas primeiras décadas do século 20. Por exemplo, no Estado de Santa Catarina havia sido aprovado pelo Decreto nº 1.944, de 27 de fevereiro de 1926, o *Programma de ensino das escolas isoladas das zonas coloniaes*. Com tal providência, o governo catarinense pretendia intensificar as orientações de uso da escola como veículo nacionalista, que já haviam sido anteriormente forçadas. O idealizador dessa empreitada progressiva foi Orestes Guimarães, um professor que chegou a Santa Catarina em 1907 e, no período entre 1911 e 1931, foi o responsável direto por um programa que visava a atacar o que encarou como problemas de ensino, reformulando o sistema educacional com base no combate ao analfabetismo e buscando solucionar a questão de assimilação dos grupos imigrantes. Foram desenvolvidas ações tanto de cunho político como determinando orientações didático-pedagógicas para adoção em sala de aula. O texto do Decreto nº 1.944 explicitou os propósitos de base linguística na proposta nacionalista:

[...] considerando que o programma vigente nas escolas isoladas, no presupposto de que os alumnos aos quaes deve ser ministrado conhecem a lingua vernácula, attendeu só ao problema de desanalphabetização;

considerando que, nas zonas coloniaes, grande numero de crianças fala mal ou mesmo desconhece a língua nacional, o que torna inadequado o mesmo programma;

considerando que, para as escolas dessas zonas, se torna necessária a organização de um programma que, sem augmento do estagio escolar, attenda aos problemas de desanalphabetização e do ensino da língua portuguesa. (Santa Catarina, 1926, p. 3).

⁵ Destacamos os quatro decretos mais impactantes na realidade das escolas e em suas comunidades: o Decreto lei nº 383, de 18 de abril de 1938, que proibia aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil; o Decreto nº 406, de 4 de maio 1938, que regulamentava o ingresso e a permanência de estrangeiros, ditando providências para sua assimilação e criando o Conselho de Imigração e Colonização como órgão executor de suas disposições; o Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, instituiu a Comissão Nacional de Ensino Primário, que possuía entre suas atribuições a nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros; e o Decreto nº 948, de 13 de dezembro do mesmo ano, que, considerando a complexidade das medidas para promover a assimilação dos colonos e completa nacionalização dos filhos de imigrantes, estabelecia que as medidas fossem tomadas pelo Conselho de Imigração e Colonização (cf. Bomeny, 1999, p. 158).

O Diretor da Instrução Pública da época, em seu parecer sobre o Decreto, escreveu: “mas, em compensação que é de capital importância, dá maior desenvolvimento aos exercicios de linguagem, como é de mister para alumnos que não falam correntemente, e ás vezes nem bem nem mal, a língua portuguesa” (Santa Catarina, 1926, p. 6).

As práticas pedagógicas previstas para o ensino da língua vernácula atingiam os três anos da educação elementar. Para exemplificar, apresentamos extratos de conteúdo dos cadernos e orientações do Programa de Ensino de 1926, uma vez que tal legislação educacional foi gerada sob inclinações nacionalistas já existentes e, pelos anos que se seguiram, forneceram o substrato para o alinhamento com os ditames nacionalistas das décadas de 30 e 40, inclusive aqueles de matiz getulista. Para o 1º ano, a ênfase devia ser na leitura, na linguagem oral e na linguagem escrita, além dos cantos. Nas recomendações para a leitura, nos itens da fase preparatória, está escrito o que o professor deveria fazer com os alunos:

1º – Leitura diária, no quadro negro, de nomes de objetos conhecidos dos alumnos.

2º – Verificado que os alunos conhecem, com segurança, os nomes apresentados no quadro negro, far-se-á a tradução dos mesmos. Ex.: casa – *Haus*; chapéu – *Hut*; copo – *Glass*; boneca – *Puppe*, etc.

3º – Decomposição oral dos vocábulos em syllabas, de forma que o ouvido dos alunos se familiarize com os elementos componentes das palavras estudadas. Ex.: casa (*cá-sa*); copo (*co-po*), chapéu – (*cha-péo*); boneca (*bo-né-ca*). (Santa Catarina, 1926, p. 8).

Fica evidente a adoção parcial de uma metodologia tradicional para o ensino da língua portuguesa em substituição radical ao idioma alemão. Conforme Cestaro (2007), a abordagem tradicional, também chamada de gramática-tradução, que vigorava ainda no início do século 20, tinha por objetivo a transmissão de conhecimento sobre a língua, permitindo o acesso a textos e um certo domínio da gramática normativa. O professor normalmente propunha a tradução. Nessa orientação, a aprendizagem do idioma estrangeiro era vista como uma atividade em que o aluno deveria aprender e memorizar as regras e os exemplos, com o propósito de dominar a morfologia e a sintaxe. Por isso, as crianças acabavam recebendo ou elaborando listas exaustivas de vocabulário. As atividades propostas em sala de aula geralmente tratavam de exercícios de aplicação de regras gramaticais, ditados, tradução e versão. Enfim, o que se pretendia era o ensino do vocabulário, com mais ênfase na palavra escrita e menos nas habilidades de audição e de fala.

Papel importante era o das gramáticas escolares adotadas, que prescreviam os exercícios que seriam realizados nos cadernos. Entre as fontes primárias das escolas nacionalizadas, localizamos a *Minha língua: grammatica portuguesa para uso nas escolas alemãs no Brasil – Portugiesisches Sprachbuch für die deutschen Schulen in Brasilien*. A atividade escolar bilíngue orientada por essa gramática foi reproduzida nos cadernos escolares. A existência desse tipo de material didático ratifica a necessidade que havia de ensinar a língua portuguesa aos alunos da época, imprimindo o bilinguismo nas rotinas das escolas teuto-brasileiras (alemãs).

Verificamos que os cadernos analisados, preenchidos por alunos e por um docente, apresentam uma estruturação dos conteúdos de acordo com o que se exigiu na legislação emanada anteriormente (observada no Programa de 1926) bem como daquela própria da era Vargas, significando a permanência de expressões variadas do nacionalismo. Neles se pode perceber o tipo de ênfase na escrita e as especificidades do ensino no nível elementar com a finalidade de aprendizagem da língua portuguesa. O método de silabação é o recorrente, com vários exercícios de separar em sílabas: “fa...ca – ca...jú – gar...ra...fa”. Abusava-se das cópias de frases simples como “O gato está na cadeira. O pato está ao pé do gato. A cesta tem frutas boas” (Caderno escolar, 1930).

Naquele ambiente bilíngue, as crianças utilizaram cadernos para anotações de aula e cadernos de tradução. As atividades de tradução acompanhavam praticamente todas as prescrições metodológicas, sendo relacionadas ao ensino tanto da linguagem oral como da escrita.

Encontramos um caderno de tradução em que as várias páginas estão divididas em duas colunas: à esquerda está o termo em português e à direita o termo equivalente em alemão, formando pares. Por exemplo: “afinal – *endlich*”. Eram construídas longas listas de vocábulos que tinham a intenção de auxiliar no aprendizado, segundo aquela concepção tradicional de ensino de línguas. Um pequeno caderno de traduções, em cuja capa há uma datação de 1930, confirma novamente a utilização desse recurso material como elemento didático para a desejável aprendizagem da língua portuguesa. Outro caderno de tradução, datado de 1946, começa sua primeira página com o título “Palavras difíceis”.

Em alguns cadernos, como o Caderno de Cantos e Poesias de 1939, que pertenceu a um professor da escola primária, há também textos em alemão e sua tradução, o que evidencia o ambiente bilíngue em construção e a colaboração de práticas pedalinguísticas estratégicas com objetivo de que o idioma português fosse assimilado. Mas como fazê-lo sem registrar nos cadernos, lado a lado, alemão e português? Apesar das proibições do uso da língua teuta, no cotidiano das escolas, ela precisava estar presente para a inevitável comparação gráfica.

Luna (2000, p. 45-48) assinala que documentos anteriores, datados de 1918 e 1926, já mostravam a preocupação com metodologias específicas para o ensino do português feito por professor bilíngue, nas quais se elaboraram estratégias de ensino recomendadas para a língua portuguesa, o que também foi vislumbrado com um aumento da carga horária dessa disciplina. Especificamente:

Os programas são organizados por ano escolar e por habilidades linguísticas, no caso leitura e linguagem oral e escrita. Para leitura, ele sugere atividades que se fundamentam, segundo ele, numa visão eclética, situada entre a corrente tradicional de alfabetização pelo método sintético e a então recente corrente baseada no método analítico. (Luna, 2000, p. 45-46).

Dentre os materiais que resgatamos, analisamos não apenas cadernos de alunos, mas também um caderno de professor que lecionou durante o período do Estado Novo. No seu interior, os diversos modelos de ditados enfatizam a necessidade do domínio oral da língua portuguesa que se desejava das crianças. O ditado foi um recurso didático bastante utilizado e registrado em vários cadernos. A presença de inúmeros ditados no planejamento didático mostra a importância de que se aprendesse a grafia e a pronúncia correta das palavras da língua portuguesa. E indica a eventual dificuldade das crianças de aprenderem o idioma português nas escolas em que as práticas educativas foram transformadas.

E é nesse tipo de atividade que se destacam os erros de ortografia dos alunos e, algumas vezes, a dificuldade dos próprios professores com a língua portuguesa (pois, antes da política educacional nacionalista, muitos davam aula falando alemão), sendo que a sua própria correção sobre a escrita infantil apresentava problemas. Extraímos algumas frases do caderno do professor, aqui e acolá, em que se localizam tais erros:

“O professor de educação física ensinou nos alguns jogos emgraçadas; Admosfera e calma; O mar tem uivos de praser iguais aus de um jaguar” (Caderno de Cantos e Poesias, 1939). Isto revela a configuração de um ambiente de bilingüismo, no qual os sujeitos do processo educativo, fossem eles os professores ou os alunos, confrontavam-se com as questões didático-pedagógicas de ensino e aprendizagem da língua portuguesa em sala de aula.

Vestígio do ideário nacionalista então em voga, um dos ditados registrados traz um conteúdo tácito cuja intenção era reforçar o *Sentimento de Pátria* nos imigrantes, sendo explicitamente carregado de mensagens ideológicas contra aqueles que não viam o Brasil como sua Pátria:

Os primeiros colonos viviam aqui como em terra de seu rei, mas longe da verdadeira Patria, que continuava a amar e da qual sempre tinham imensa saudade. Para elles esta terra era uma terra de Sacreficios onde so se vinha fazer furtuna para depois se ir gosalô trancilamente la na velha pátria. Mas com o tempo, esses centimentos foram mudando [*sic*]. (Caderno de Cantos e Poesias, 1939).

O que chama a atenção nessa escrita, ao lado da carga ideológica, é a quantidade de erros ortográficos, reforçando o argumento de que tanto os mestres como as crianças tiveram dificuldades para começar a escrever em língua portuguesa, exaltando aquela que deveria ser encarada como sua verdadeira e única pátria, o Brasil. Os ditados serviam para repetir, insistentemente, apoiando-se essa prática docente na visão pedagógica de que a repetição levaria à memorização e conseqüente aprendizagem, inclusive de modo que as crianças acabassem mudando a atitude delas em função do que foi ensinado.

Se o método tradicional para o ensino de línguas era empregado, o Programa de ensino também enfatizava que a linguagem oral era essencial:

ADVERTENCIA

É esta, por certo, a mais importante disciplina das escolas das zonas colonias, em que, geralmente, as crianças pouco ouvem a língua vernácula, ou mesmo nem a ouvem.

Os professores não devem, pois, poupar esforços em prol do ensino desta disciplina, certos de que ella constituirá, assim ministrada, o meio mais seguro para o aproveitamento geral dos alumnos nas demais matérias.

Haverá aulas diárias de 40 minutos (vide horário). As aulas desta disciplina serão extensivas a todos os alumnos (1.º, 2.º e 3.º. anno): o professor, porém, *dirigir-se-á, de preferência, aos alumnos mais atrasados na língua vernácula*. (Santa Catarina, 1926, p. 10).

O Caderno de Cantos e Poesias de um professor que atuou numa escola de região de imigração alemã no nordeste catarinense, datado em sua capa de março de 1939, evidencia a sua preocupação com o forçoso

cumprimento das determinações legais para que continuasse atuando, exigindo que abandonasse o idioma alemão até aquele momento utilizado e se empenhasse no ensino em português. Todavia, percebe-se pela natureza de sua escrita que o próprio professor não tinha, na época, um domínio suficiente da língua portuguesa. Nos cantos e poesias registrados, muitos deles de sua autoria, uma análise ortográfica e gramatical apurada mostra uma certa pobreza vocabular e sintática, com muitas repetições e dificuldades na construção de versos com rimas ricas, que seriam indicadores de maior domínio linguístico. Ao mesmo tempo, nota-se que o conteúdo incorporou ideias, valores e símbolos apregoados pela proposta formativa nacionalizadora. Vejamos nos versos que seguem, de uma canção intitulada *O canto da semana*:

A semana tem 7 dias, cada dia é igual
Eu sou um Brasileiro e moro em Bananal.
Hoje e domingo, cada dia é igual.
Eu sou um Catarinense e moro em Bananal.
Hoje é segunda-feira, cada dia é igual.
Eu sou um joinvillense e moro em Bananal.
Hoje é terça-feira, cada dia é igual.
Eu sou um carioca e moro em Bananal.
(Caderno de Cantos e Poesias, 1939).

Essa escrita, além de evidenciar alguns limites redacionais do professor, deixa clara a perspectiva de que era preciso enfatizar para as crianças que todas eram filhas desta terra, mesmo que nascidas em diferentes partes do País. Era mister afastar a ideia de que as crianças não eram *brasileiras* porque falavam uma língua estranha, pois o nascimento em terra brasileira garantiria que todos seriam brasileiros.

Esse papel formativo dos cantos no ensino das crianças foi destacado no Programa de ensino criado por Orestes Guimarães. As orientações didáticas traziam: "Pequenos cantos escolares, aprendidos por audição. As letras dos cantos serão traduzidas e explicadas pelos professores" (Santa Catarina, 1926, p. 14). Com o objetivo de modelar as crianças de acordo com os heróis nacionais, símbolos do amor pelo Brasil e motivadores do amor filial à Pátria e da coragem para defendê-la, foi introduzida nas escolas uma grande variedade de cantos e poesias lembrando os grandes vultos e datas:

O ano tem 12 meses
E nós sabemos bem
O quarto é abril
Que 30 dias tem
Este mês foi enforcado
O grande herói Xavier
Denominado Tiradentes
Que morreu de mártir.
(Caderno de Cantos e Poesias, 1939).

É interessante notar o percurso histórico e a evocação dos grandes nomes que os versos traziam. Percebe-se uma certa xenofobia quando se fazia alusão a Portugal e às relações de submissão que o Brasil manteve, como que convidando a condenar os laços com o que era estrangeiro. Sob a perspectiva de um nacionalismo de exaltação, o Brasil era apresentado como independente e soberano e, por isso, os brasileiros nobres sempre combateram as perversas influências estrangeiras.

As determinações do Programa de ensino para o 2º e o 3º anos enfatizavam as disciplinas de Leitura, Linguagem Oral, Linguagem Escrita e Cantos, tudo isso relacionado à aprendizagem da língua portuguesa; mas se trabalhavam também a Aritmética e a Geografia. Para o 3º ano, o currículo proposto era acrescentado de História do Brasil, Educação Moral e Cívica, Higiene, Ginástica e, especificamente para a seção feminina, recomendavam-se os Trabalhos Domésticos. Destacamos um dos itens apresentados no Programa para a disciplina de Educação Moral e Cívica, que se refere à Pátria, determinando a abordagem, entre outros, dos seguintes tópicos:

3º – Pátria. Não é o lugar do nascimento, é o país. O sentimento de Pátria não é vão, exemplos. O Brasil, a sua grandeza territorial, o aumento progressivo da sua população, a benignidade da sua natureza, a sua língua, costumes e tradições.

4º – Descrição do pavilhão nacional. Deveres para com o mesmo. (Santa Catarina, 1926, p. 24).

Havia uma preocupação formal com que os imigrantes e seus descendentes aprendessem o português, mas, sobretudo, deveriam aprender e inculcar atitudes e valores de veneração à Pátria brasileira. A escrita escolar era um modo de reforçar tais intenções ideológicas que se buscavam inocular nas classes infantis.

Agindo no plano político mais amplo e tentando atingir cada remota localidade onde houvesse uma escola estrangeira, em 1938 foi criado um serviço de Inspeção Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. Além de fiscalizar se as escolas teuto-brasileiras tinham conseguido atender às exigências governamentais, a inspeção criou um movimento que atacava as escolas diretamente na questão do uso de língua estrangeira: a Liga Pró-Língua Nacional. Conforme evidencia Luna (2000, p. 56):

As Ligas foram criadas com o objetivo expresso de fomentar nos alunos o interesse pela defesa e difusão dos valores nacionais. Nesse sentido, as atividades propostas pela inspeção envolviam a valorização e, em alguns casos, a exaltação de todos os traços da cultura e do Estado brasileiro, entre outros, a língua portuguesa.

O conteúdo de cadernos escolares do período mostra influências devido à criação dessas Ligas em praticamente todas as escolas. Isto porque as estratégias pedagógicas utilizadas pelas Ligas eram não só

justificadas pela proibição de usar o alemão, mas também por fazer com que os alunos realizassem atividades como desenhar ou colar nos cadernos gravuras com pessoas ou paisagens tipicamente brasileiras e confeccionar álbuns com ilustrações. Grande importância se deu à manutenção de correspondência entre as Ligas de diferentes escolas, embora se afirme que as cartas tinham mais um conteúdo ideológico do que serviam à aprendizagem do português.

Entre os cadernos que localizamos são comuns os desenhos feitos pelas crianças, geralmente a bandeira ou mapas do Brasil. Noutras vezes, os desenhos buscam copiar ou reproduzir livremente aspectos das capas dos cadernos, que também apresentavam ilustrações com mensagens patrióticas. Por exemplo, em capas de cadernos como o *Avante*, que mostra jovens escoteiros empunhando a bandeira brasileira, pode ser identificado um estímulo a posturas de reverência à Pátria, de cunho militarista. Há também aqueles cadernos que identificamos como *Meu Brasil*, *Nova Era* e *Patriota*, todos com capas coloridas e fartas de referências à cultura e aos valores brasileiros. A utilização dos materiais escolares com esses propósitos nacionalistas motivou a impressão dos diversos hinos brasileiros nas capas dos cadernos escolares, uma vez que esses hinos se constituíam em exemplo típico da escrita desejada: em língua portuguesa e com exaltação da Pátria brasileira.

Como o uso do idioma alemão nas comunidades de imigrantes e em suas escolas era visto como uma ameaça ao projeto nacionalista, a escrita deveria ser o meio de levar à aprendizagem da língua portuguesa, para que um legítimo brasileiro surgisse. No livro *Educação Moral e Cívica*, de Ernesto Venera dos Santos,⁶ editado em Santa Catarina, a preocupação com os elementos definidores do patriotismo autêntico e a depreciação das escolas étnicas, vinculadas à exigência do uso da língua portuguesa, são emblemáticas:

Língua brasileira

O sentimento de Pátria mais perfeito é aquele que se expressa na língua vernácula.

[...] Cada brasileiro tem o dever e a obrigação de saber falar perfeitamente a língua brasileira. Quantos coitados nasceram e cresceram aqui no Brasil, e não aprenderam a falar a língua oficial da sua terra natal !!! É uma coisa que não se pode compreender de maneira alguma, e mesmo não se pode desculpar de ninguém. Não se pode desculpar os pais que tendo uma escola onde seus filhos pudessem aprender a língua brasileira, mandam-nos para uma outra onde se ensina um idioma estrangeiro!! (Santos, [s.d.], p. 5).

⁶ Ernesto Venera dos Santos foi autor de outras obras para uso nas escolas. Além do livro de *Educação Moral e Cívica*, escreveu livros de Canto Escolar, de Geografia e de História do Brasil, todos de acordo com as exigências nacionalistas dos programas escolares da época. O livro citado não é datado. Porém, textos de seu interior permitem localizá-lo temporalmente na era Vargas.

Curiosamente, a preocupação de utilização das escolas para os objetivos do nacionalismo por meio da educação levou à produção de propaganda para distribuição nas escolas. Destacamos dois exemplares desse interessante e típico material produzido na época de Vargas: a *Lembrança oferecida pelo Departamento de Educação* (Santa Catarina, 1938) e o livreto *O Brasil é bom*, do Departamento Nacional de Propaganda

(Brasil. DNP, 1938), encontrado em algumas escolas. A *Lembrança* consiste em um panfleto de papel dobrado em três partes, contendo seis abas para impressão.⁷ Na aba frontal central, aparecem o brasão nacional e a identificação do Estado de Santa Catarina. Em maiúsculas, ao centro, está escrito: *LEMBRANÇA oferecida pelo Departamento de Educação 1938*. A primeira aba externa traz o texto *A Pátria*, assinado por Rui Barbosa; a última tem uma *Oração à Bandeira*. As três abas internas apresentam, respectivamente, o Hino da Independência, o Hino Nacional e o Hino à Bandeira. A presença desse documento nas escolas teuto-brasileiras rurais revela que houve iniciativas estatais de realizar uma propaganda massificadora nas comunidades escolares, de tom eminentemente panfletário. Mostra ainda a capacidade de penetração da propaganda nacionalista, que chegou a remotas regiões interioranas onde havia colônias alemãs. Orientado pelo mesmo ideário, em *O Brasil é bom* consta a exaltação do Estado Novo e das coisas brasileiras, sendo priorizado o fator linguístico. Ora, a condição de imigrante estava intimamente vinculada à questão do idioma nacional. Num sentido mais amplo, que todos passassem a usar a *nossa língua* era tarefa não somente da escola dos imigrantes, mas de cada sujeito configurado no perfil do bom brasileiro:

O imigrante é um mal para o Brasil? Não, o imigrante que trabalha no campo, que exerce atividade agrícola, é um colaborador da riqueza nacional. O imigrante que ensina seu filho a falar a nossa língua e a ser um bom brasileiro merece o nosso respeito e a nossa estima. (Brasil. DNP, 1938).

Considerações finais

A análise dos conteúdos de materiais escolares e de outros documentos que chegaram às escolas teuto-brasileiras das regiões de imigração alemã, situadas em Santa Catarina, no período em torno das décadas de 1930-1940, mostra que o projeto nacionalista foi tão minucioso, de alcance tal em sua ação, que conseguiu deixar registros no âmago das práticas escolares. Cadernos escolares, cartilhas, livros didáticos e panfletos foram deliberadamente usados para a inculcação ideológica pretendida, no atendimento às orientações da legislação vigente e do programa escolar oficial.

As escolas dos imigrantes alemães foram alvo das propostas nacionalistas, sendo tratadas como local de formação da brasilidade. Professores e alunos foram obrigados a abandonarem o uso da língua alemã e a aprenderem o português. Constituiu-se um período histórico de práticas pedagógicas orientadas pelo bilinguismo, determinando a natureza da comunicação oral e dos registros escritos dos materiais escolares da época de Getúlio Vargas, com a finalidade de que as crianças aprendessem a língua portuguesa, cujo uso foi imposto e visto como sinônimo de expressão da condição de patriota, de membro da nação, de bom brasileiro.

⁷ Cada aba impressa tem uma medida de 15cm de largura x 16,5 cm de altura. A impressão é feita em tinta azul, pela Imprensa Oficial do Estado. Há uma bandeira brasileira nas cores padrão ao lado do Hino à Bandeira.

A legislação educacional do período e os organismos de gestão tinham o objetivo consensual de orientar a ação pedagógica para que se cumprissem à risca as prescrições do ideário varguista, principalmente no Estado Novo. O Brasil foi apresentado como o centro maior de atenção, orientando a moral e a ação, sendo que todos deveriam ver-se como brasileiros, em que o amor à Pátria precisava ser externado e registrado desde a infância.

A escrita infantil e a docente, aqui focalizadas, mostram a natureza da utilização dos materiais, na escola primária teuto-brasileira, como estratégia para a aprendizagem de atitudes e valores patrióticos. Aprender uma nova língua significou reproduzir, na escrita, as mesmas frases de conteúdo ideologicamente manipulador. A preocupação do projeto nacionalista para a educação brasileira foi a de que se escrevesse para a Pátria, mesmo que com erros ortográficos ou gramaticais. Os textos escolares foram uma das formas eleitas para a demonstração do respeito e da obediência à nação, para que aquela proposta educativa servisse à formação de um novo brasileiro.

Referências bibliográficas

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BRASIL. Departamento Nacional de Propaganda. *O Brasil é bom*. [S.l.: s.n.], 1938. Não paginado [38 p.].

CADERNO. 1946. (Acervo do Museu Municipal Emílio da Silva, Seção Educação. Jaraguá do Sul, SC).

CADERNO. Língua Portuguesa. Tradução. 1946. (Acervo do Museu Municipal Emílio da Silva, Seção Educação. Jaraguá do Sul, SC).

CADERNO de Cantos e Poesias. 1939. (Acervo do Museu Municipal Emílio da Silva, Seção Educação. Jaraguá do Sul, SC).

CADERNO escolar. 1930. (Acervo do Museu Municipal Emílio da Silva, Seção Educação. Jaraguá do Sul, SC).

CADERNO escolar. 1945. (Acervo do Museu Municipal Emílio da Silva, Seção Educação. Jaraguá do Sul, SC).

CESTARO, Selma A. M. *O ensino de língua estrangeira: história e metodologia*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com.br/videtur6/selma.htm>> Acesso em: 27 ago. 2007.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1987.

LUNA, José M. F. *O português na escola alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática*. Itajaí: Ed. da Univali; Blumenau: Edifurb, 2000.

MINHA língua: grammatica portuguesa para uso nas escolas allemãs no Brasil – *Portugiesisches Sprachbuch für dies deutschen Schulen in Brasilien*. São Leopoldo: Rotermond, [s.d.].

MÜLLER, Telmo L. (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTA CATARINA. *Programma de ensino das escolas isoladas das zonas coloniaes aprovado pelo Decreto no. 1944, de 27 de fevereiro de 1926*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1926.

_____. *Lembrança oferecida pelo Departamento de Educação*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938. Desdobrável, 15cm x 16,5 cm.

SANTOS, E. V. *Educação Moral e Cívica*. São Bento, SC: Casa Editora Livraria Santos, [s.d.].

SCHADEN, Egon. Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1963, Porto Alegre. *Anais do...* Porto Alegre, 1963. p. 65-77.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1990.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 199-228.

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. (Brasília, n. 250).

Ademir Valdir dos Santos, doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), é docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), atuando no grupo de estudos "Educação e História".
ademir.santos@utp.br

Recebido em 30 de maio de 2008.
Aprovado em 17 de abril de 2009.

